



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_/2025**

**(Do Sr. Rodrigo Valadares)**

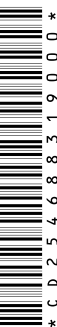
**Sustam os efeitos das Resoluções do Banco Central do Brasil nº 519, nº 520 e nº 521, de 10 de novembro de 2025, que dispõem sobre o enquadramento regulatório de representações digitais de valor lastreadas em moeda estrangeira, bem como sobre sua classificação operacional no âmbito do mercado de câmbio.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Ficam sustados os efeitos da Resolução BCB nº 519, de 2025, que “estabelece diretrizes para o enquadramento regulatório das representações digitais de valor lastreadas em moeda estrangeira e dispõe sobre sua classificação como operações de câmbio no âmbito do Sistema Financeiro Nacional”.

**Art. 2º** Ficam sustados os efeitos da Resolução BCB nº 520, de 2025, que “altera dispositivos relativos ao mercado de câmbio para incluir referências às representações digitais de valor e estabelecer novos procedimentos aplicáveis a tais operações”.

**Art. 3º** Ficam sustados os efeitos da Resolução BCB nº 521, de 2025, que “dispõe sobre requisitos operacionais, de registro e de supervisão aplicáveis a prestadores de serviços que realizam operações com representações digitais de valor equiparadas a operações de câmbio”.





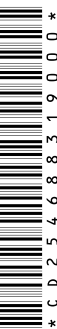
**Art. 4º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

As Resoluções do Banco Central do Brasil nº 519, 520 e 521, publicadas em 2025 e com entrada em vigor prevista para fevereiro de 2026, introduzem um novo enquadramento regulatório para ativos digitais lastreados em moeda estrangeira — especialmente as chamadas “stablecoins” — ao classificá-los como instrumentos de câmbio e submetê-los ao regime normativo aplicável às operações cambiais tradicionais. Trata-se de uma alteração profunda na arquitetura financeira nacional, com impactos econômicos e tributários de grande magnitude, cuja implementação extrapola de forma evidente o poder regulamentar delegável a uma autarquia federal, justificando a atuação do Congresso Nacional para sustar os atos, conforme autoriza o artigo 49, inciso V, da Constituição Federal.

As referidas Resoluções inovam ao estabelecer que representações digitais de valor lastreadas em moeda estrangeira e passíveis de conversão por prestadores de serviços serão tratadas como operações de câmbio. Essa redefinição não decorre de mera interpretação técnica, mas de verdadeira criação normativa: stablecoins nunca foram consideradas legalmente instrumentos de câmbio e tampouco há, na legislação vigente, qualquer autorização para que o Banco Central as enquadre dessa forma. A Lei nº 14.478/2022 (Marco Legal das Criptomoedas) deliberadamente não equiparou stablecoins à moeda estrangeira, não as integrou ao regime de câmbio e tampouco autorizou o Banco Central a alterar sua natureza jurídica. A autarquia, portanto, ultrapassou sua competência.

A exorbitação normativa torna-se ainda mais grave quando se verifica a repercussão tributária das medidas. A partir do momento em que stablecoins passam a ser tratadas como operações de câmbio, tornam-se possíveis — ainda que por via oblíqua — a cobrança de IOF-Câmbio. Tal consequência tributária não existe na legislação e não pode ser criada por ato infralegal. É





uma violação direta aos artigos 150, I, e 146 da Constituição Federal, que impõem reserva absoluta de lei formal para instituir, modificar ou ampliar fatos geradores tributários. Criar ou ampliar um imposto por meio de resolução administrativa afronta o princípio da legalidade tributária e invalida o ato normativo.

Do ponto de vista econômico, o impacto é expressivo. Estima-se que o mercado de stablecoins movimentada atualmente, no Brasil, entre R\$ 250 bilhões e R\$ 350 bilhões anuais, considerando operações de remessa, pagamentos internacionais, liquidação de contratos, finanças descentralizadas e uso como proteção contra volatilidade cambial. Dados de relatórios globais apontam que USDT e USDC — as duas maiores stablecoins do mundo — já ultrapassam US\$ 150 bilhões em capitalização de mercado, sendo o volume diário transacionado superior ao de cartões internacionais emitidos por bancos brasileiros. Esse setor cresce, no Brasil, a taxas estimadas entre 35% e 50% ao ano, com forte presença de empresas de tecnologia e de mais de 12 milhões de usuários.

A reclassificação dessas operações como câmbio introduz custos elevados e desnecessários para o ecossistema. Considerando o IOF médio sobre operações cambiais, seria plausível um aumento de custos de R\$ 6 bilhões a R\$ 10 bilhões anuais, valor que tende a recair sobre consumidores finais, empresas de tecnologia, startups e pequenos empreendedores que utilizam stablecoins para operações legítimas, como importações, pagamentos a freelancers e mitigação de risco cambial. Além disso, a imposição de requisitos cambiais rígidos compromete a competitividade de fintechs e exchanges brasileiras, incentivando a migração de usuários para plataformas estrangeiras não reguladas, o que enfraquece o sistema financeiro nacional e produz o efeito contrário ao desejado pelo regulador.

A ausência de análise de impacto regulatório adequada agrava o problema. Não há dados públicos sobre o custo estimado das medidas, nem estudo demonstrando sua proporcionalidade ou necessidade. As Resoluções

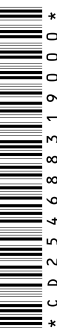




foram editadas sem consulta pública ampla, sem participação efetiva de agentes do mercado e sem debate técnico aprofundado com especialistas em criptoativos, inovação financeira, mercado de capitais e tributação digital. Essa falta de transparência regulatória contraria os princípios previstos na Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), especialmente no que se refere à necessidade de fundamentação para atos que impactam a atividade econômica.

A inadequação da abordagem do Banco Central também se evidencia quando se observam modelos internacionais de regulação. Em países como Estados Unidos, União Europeia, Japão e Reino Unido, stablecoins não são tratadas como instrumentos de câmbio, mas como ativos digitais, instrumentos de pagamento ou representações securitizadas, com regras próprias e separadas do mercado cambial tradicional. O Regulamento MiCA da União Europeia (Markets in Crypto-Assets), por exemplo, estabelece regime específico para “e-money tokens” e “asset-referenced tokens”, com proteção ao consumidor, exigências prudenciais e supervisão rigorosa — mas jamais os equipara a câmbio, porque isso não faz sentido econômico nem jurídico. Nos Estados Unidos, stablecoins são tratadas ora como commodities (CFTC), ora como instrumentos de pagamento regulados por lei estadual ou federal — e não como câmbio. O Japão cria categoria própria para ativos estáveis, exigindo reservas integrais, auditoria, licenciamento, mas sem submetê-los ao regime cambial formal. Isso demonstra que a decisão do Banco Central brasileiro não apenas extrapola sua competência, como também diverge do padrão regulatório internacional consolidado.

Além dos impactos econômicos e tributários, há riscos jurídicos significativos. A insegurança normativa pode afetar startups, fundos de investimento, empresas que operam com ativos digitais e até multinacionais que utilizam stablecoins como ferramenta de gestão de caixa. A imprevisibilidade regulatória é um dos principais fatores que afetam a atratividade de investimentos estrangeiros. De acordo com relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e da



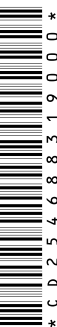


Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, incertezas regulatórias podem reduzir em até 20% o fluxo de investimento direto estrangeiro em setores de tecnologia financeira. O Brasil, que já enfrenta desafios estruturais para atrair investimentos, não pode permitir que medidas administrativas criem óbices para a sua competitividade e dificultem ainda mais o ambiente de negócios.

Do ponto de vista estritamente constitucional, as Resoluções violam múltiplos princípios: o da legalidade, o da segurança jurídica, o da reserva de lei em matéria tributária, o da proporcionalidade regulatória e o da livre iniciativa, dispositivo consagrado na Constituição Federal e na Lei de Liberdade Econômica. Ao inovar o ordenamento jurídico sem autorização legislativa, o Banco Central invadiu competência exclusiva do Poder Legislativo e extrapolou os limites da delegação conferida pela Lei 14.478/2022. Para essas hipóteses, a Constituição prevê resposta clara: cabe ao Congresso sustar atos normativos que exorbitem do poder regulamentar, preservando o equilíbrio entre os Poderes e evitando que normas infralegais substituam o processo legislativo ordinário.

Sustar as Resoluções não significa rejeitar a necessidade de regulação das stablecoins — significa apenas que essa regulação deve ser feita via lei, por meio de debate democrático, com amplo diálogo com especialistas, com a sociedade e com o setor produtivo, e não por meio de resoluções administrativas que alteram a ordem jurídica de forma unilateral. O Parlamento, como representante direto da sociedade, é a instância adequada para definir o enquadramento jurídico, econômico e tributário dos ativos digitais. Isso é especialmente verdadeiro em um campo tão novo, sensível e com repercussões tão amplas quanto o das stablecoins.

Diante de todos esses argumentos — constitucionais, econômicos, comparados, setoriais e jurídicos — é imperativo que o Congresso Nacional exerça sua competência exclusiva e suste as Resoluções nº 519, 520 e 521. Tal medida garante o respeito ao Estado de Direito, protege a segurança





CÂMARA DOS DEPUTADOS

jurídica, evita abusos do poder regulamentar, preserva a competitividade do mercado brasileiro de inovação financeira e impede a criação de tributos disfarçados por via infralegal.

Por todas essas razões, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

**Sala das Sessões, 11 de novembro de 2025.**

**RODRIGO VALADARES**  
**DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254688319000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Valadares